

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No início deste mês, o Novo Banco apresentou as suas contas do terceiro trimestre, onde era possível observar um aumento para 640 milhões de euros nas provisões que estimam o montante a compensar pelo mecanismo de capital contingente. No mesmo dia o Jornal Económico dava conta de que fontes próximas ao processo já estimavam uma injeção de capital do Fundo de Resolução superior a 700 milhões de euros no próximo ano.

Uns dias depois, a 18 de novembro, era a vez do jornal Eco avançar que o Fundo de Resolução interveio na venda da carteira de malparado Nata II no sentido de exigir que fossem retirados alguns créditos problemáticos, justificando com o entendimento de que “o preço oferecido não era aquele que oferecia as melhores perspetivas de maximização do valor”. O jornal Eco diz também saber que o fundo comprador “oferecia menos de 20 milhões por estes ativos tóxicos que tinham um valor original superior a 1.500 milhões”, e com um valor contabilístico bruto de cerca de 350 milhões.

Ainda este mês, o jornal Expresso noticia que apurou junto de fontes próximas do processo que o dinheiro ainda por utilizar do Mecanismo de Capital Contingente poderia ser injetado no Novo Banco de uma só vez, cenário que estaria a ser estudado pelos acionistas do banco (Lone Star) e pelo Fundo de Resolução, num processo acompanhado pelo Governo.

Ora desde a resolução do BES em 2014 o Estado já injetou 5.180 milhões de euros no Fundo de Resolução sob a forma de suposto empréstimo (sem qualquer plano de pagamento até 2046), que os injetou no Novo Banco. Primeiro foram 3.900 milhões em 2014, no momento da resolução do BES, depois em 2017, é acordada a disponibilização de mais 3.890 milhões no âmbito do Mecanismo de Capital Contingente, dos quais já foram utilizados 1.941 milhões, 792M€ em 2017 e 1.149M€ em 2018, e onde o Estado foi chamado a financiar 1.280 milhões, 430M€ em 2017 e 850M€ em 2018.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, crítico desde o início desta solução encontrada para o Novo Banco, tem acompanhado todo este processo e perante a perspetiva de nova e

relevante injeção de dinheiro do Estado, julga imprescindível que o Governo esclareça todos os contornos do acompanhamento que tem feito da situação no Novo Banco.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro de Estado e das Finanças as seguintes questões:*

1. Qual a expectativa do Governo para a chamada de capital relativa a este ano e desse valor que montante é estimado o Estado financiar?

2. Tendo em conta a evolução da utilização do mecanismo de capital contingente que leitura faz o Governo da suficiência dos recursos financeiros do Fundo de Resolução, nomeadamente, do valor das contribuições periódicas e em particular da contribuição sobre o setor bancário, definida em sede de orçamento de estado?

3. O Governo confirma a existência de negociações entre a Lone Star e o Fundo de Resolução para a antecipação das injeções previstas no mecanismo de capital contingente? Em caso afirmativo:

a) Estas negociações têm sido acompanhadas pelo Governo? Que leitura faz o Governo?

b) Que detalhes concretos estão a ser negociados?

c) Que entendimento tem o Governo do aspeto “contingente” deste mecanismo de capital num cenário de antecipação das injeções de capital, em particular à vista da recente evidência de tentativa do Novo Banco de vender em condições que não ofereciam “as melhores perspetivas de maximização do valor”? Que mecanismos considera o Governo possíveis de utilizar, diretamente ou através do Fundo de Resolução, para mitigar este aspeto?

d) Tendo em conta que o mecanismo de capital contingente possibilita, à data, a disponibilização de mais 1.949M€, que o Fundo de Resolução estão praticamente esgotados e a sua capacidade ordinária anual de obtenção de receitas andarà perto dos 250M€ e as suas despesas anuais perto dos 100M€, como seria financiada uma antecipação da injeção de capital no Novo Banco? Está em cima da mesa a possibilidade de contribuições extraordinárias por parte dos bancos? Prevê o Governo financiar o restante (que é praticamente o todo)? Como é que esta possibilidade se coaduna com o teto anual estipulado de 850M€ por parte do Estado?

Palácio de São Bento, 2 de dezembro de 2019

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)